
Lideranças da reforma agrária diante da emergência climática: formação de sujeitos ecologistas no campo brasileiro

Agrarian reform leadership in the face of the climate emergency: training environmentalists in the Brazilian countryside

Liderazgo de la reforma agraria ante la emergencia climática: formación de ambientalistas en el campo brasileño

José Caio Quadrado Alves¹ <https://orcid.org/0000-0003-4810-3722>

Paulo Eduardo Moruzzi Marques² <https://orcid.org/0000-0002-0514-7568>

¹ Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP, Brasil, jcaioesalq@usp.br

² Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP, Brasil, pmarques@usp.br

Recebido em: 28/08/2025

Aceito para publicação em: 28/09/2025

Resumo

Este artigo discute a emergência de circunstâncias sociais que, nas últimas décadas, lançaram luz sobre as formas de violência ambiental em conflitos no campo brasileiro, bem como investiga a internalização de disposições ecologista em lideranças do MST em tempos de emergência climática global. Ao levar a sério a trajetória de militantes sem-terra, o estudo busca compreender o processo de socialização de disposições—realidades sociais incorporadas no passado — favoráveis à conservação. Por outro lado, a ideia consiste em discutir as estratégias do MST na promoção de contextos relacionais em que as lideranças são estimuladas a atualizar ou adotar disposições ecologistas em relação ao mundo agroalimentar.

Palavras-chave: Violência ambiental; emergência climática; socialização; movimento dos trabalhadores rurais sem terra; reforma agrária.

Abstract

This article discusses the emergence of social circumstances that, in recent decades, have shed light on forms of environmental violence in conflicts in rural Brazil, as well as investigates the internalization of environmentalist dispositions among MST leaders in times of global climate emergency. By taking seriously the trajectory of landless activists, the study seeks to understand the process of socialization of dispositions—social realities incorporated in the past—favoring conservation. Furthermore, the idea is to discuss the MST's strategies for fostering relational contexts in which leaders are encouraged to update or adopt environmentalist dispositions regarding the agrifood world.

Keywords: Environmental violence; climate emergency; socialization; landless rural workers' movement; agrarian reform.

Resumen

Este artículo analiza el surgimiento de circunstancias sociales que, en las últimas décadas, han visibilizado formas de violencia ambiental en conflictos en el Brasil rural, e investiga la internalización de actitudes ambientalistas entre los líderes del MST en tiempos de emergencia climática global. Al considerar seriamente la trayectoria de los activistas sin tierra, el estudio busca comprender el proceso de socialización de actitudes —realidades sociales incorporadas en el pasado— que favorecen la conservación. Además, se busca discutir las estrategias del MST para fomentar contextos relacionales que incentiven a los líderes a actualizar o adoptar actitudes ambientalistas respecto al mundo agroalimentario.

Palabras clave: Violencia ambiental; emergencia climática; socialización; movimiento de trabajadores rurales sin tierra; reforma agraria.

Introdução

Nas últimas décadas, a academia brasileira vem desempenhando esforços crescentes para discutir alternativas mais justas no atual cenário de crise climática global. São fomentadas discussões sobre o papel da agricultura, com destaque para características da agricultura familiar favoráveis à conservação dos bens naturais e ao desempenho de suas múltiplas funções em modelos alternativos de produção agropecuários (Marchetti; Moruzzi Marques, 2024).

Apesar de a relação entre formas tradicionais de agricultura e a problemática ambiental não ser novidade às ciências sociais³, é somente a partir da década de

³ Abordagens como a ecologia cultura e a antropologia ecológica já tratam dessas questões desde a primeira metade do século XX (Moran, 2010).

1980 que o meio ambiente emerge como um tema transversal nas humanidades. Na filosofia política, são apresentadas propostas que advogam em favor do valor intrínseco de não humanos (Leopold, 1986; Neass, 2005). Para a história, percebe-se a necessidade de repensar as abordagens de investigação e propor uma nova perspectiva capaz de considerar seriamente as relações entre ambiente e sociedade (Dean, 1996; Worster, 1990). De acordo com Martins e Cunha (2020), essa inflexão também ocorre na sociologia rural no Brasil. Desde então, ao menos com maior ênfase, os estudos sobre ruralidade passam a considerar de forma central as questões ambientais na problematização de conflitos sociais no campo. Movidas pelo catastrofismo, todas essas esferas do saber buscam definir e conceituar a justiça frente às emergências climáticas, com vistas a identificar alternativas capazes de conciliar demandas sociais e econômicas da sociedade com o delicado equilíbrio climático do planeta.

Na tentativa de explicar o fenômeno de emergência do ambientalismo político nos anos 1980, Lopes (2006) propõe o conceito de ambientalização. Trata-se de processo pelo qual parte da sociedade passa a reconhecer a problemática ambiental como questão pública. Não por acaso, a defesa do meio ambiente compõe hoje parte do repertório de reivindicações de movimentos sociais, grupos empresariais e partidos políticos.

As circunstâncias sociais do atual tempo histórico permitem a denúncia de formas específicas de violência que recaem sobre os ecossistemas e as populações locais. Ao longo dos anos 1960, Carson (2010) publicou uma das primeiras grandes séries de denúncias sobre os danos à saúde ambiental e humana pelo uso dos agrotóxicos, amplamente disseminados durante a chamada Revolução Verde. No Brasil dos anos 1970 e 1980, Anna Maria Primavesi (2016) e José Lutzenberger (2012a, 2012b) já apontavam para os riscos e impactos relacionados ao manejo do solo tropical com base nas prescrições da Revolução Verde com seus pacotes tecnológicos. Além destes autores, Altieri (1999) com o livro *Agroecologia: bases*

científicas para uma agricultura sustentável, como traduzido para o português, fomentou discussões importantes sobre a perda de resiliência da agricultura em razão da difusão da concepção industrial da agricultura em detrimento dos conhecimentos tradicionais, introduzindo sistemas produtivos incompatíveis às particularidades sociais e ecológicas locais (Da Costa, 2015).

Com estes pontos de partida, o presente trabalho propõe, de um lado, discutir a emergência de circunstâncias sociais que lançam luz sobre questões ambientais em conflitos no campo brasileiro e, por outro lado, compreender a internalização de disposições -formas de sentir, pensar e agir- por meio da trajetória de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O objetivo é investigar a formação política dos sem-terra em tempos de emergência climática global, ou seja, daqueles que hoje compõe a linha de frente na defesa da sociobiodiversidade.

As lideranças do campo em tempos de emergência climática

Em 2024, por meio da metodologia da história oral objetivando a coleta de relatos aprofundados (Meihy; Holanda, 2015), foram realizadas 25 entrevistas com lideranças do MST de assentamentos ambientalmente diferenciados no estado de São Paulo. Trata-se de um corpo de dados volumoso e rico em detalhes, permitindo a operacionalização de investigações sociológicas em escala individual (Lahire, 2004). Isto é, ao tratar da socialização dos indivíduos, busca-se identificar as disposições mais ou menos internalizadas no passado (Lahire, 2013). Nessa perspectiva, a conduta dos sujeitos pode ser compreendida como resultado da relação entre disposições heterogêneas incorporadas ao longo da vida e exigências das situações presentes, nas quais essas disposições podem ser ativadas, reforçadas e/ou atualizadas em contextos práticos e relacionais (Lahire, 2013).

Em razão de fatores limitantes, foi selecionada apenas uma entrevista para ser explorada aqui com o mínimo de profundidade. Trata-se de um testemunho da chegada dos agrotóxicos ao campo paulista, da resistência de uma família

camponesa frente à brutalidade dos projetos desenvolvimentistas durante a ditadura militar e da sublimação de disposições individuais na luta pela democratização do acesso à terra e defesa do meio ambiente.

Ao final, também é estabelecido um paralelo comparativo com os Cadernos de Formação do MST ao longo do tempo, problematizando o processo histórico em que o movimento social passou a fomentar e valorizar disposições conservacionistas em suas lideranças. Efetivamente, aborda-se a emergência de uma nova configuração utópica do movimento social que possibilitou ou favoreceu a formação de lideranças ambientalistas (Moruzzi Marques; Alves, 2025).

O veneno chega ao campo

As políticas nacionais de incentivo ao emprego de agrotóxico tiveram início no Brasil com o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (1973-1985), instituído pelo regime militar. Esse novo pacote tecnológico foi globalmente fomentado sob a justificativa de responder aos riscos de insegurança alimentar e desabastecimento global de alimentos (Moreira, 2000). A soja se estabeleceu como a principal cultura do novo modelo agroexportador durante a implementação do PNDA pelo regime militar. De acordo com Lignani e Brandão (2022, p. 351), “a partir da primeira metade da década de 1970 esse cultivo ganhou destaque e passou a ser um dos pilares de nossa economia baseada no modelo agroexportador. Um crescimento intimamente vinculado ao uso de herbicidas”. Com efeito, a proposta de uma agricultura radicalmente tecnológica, com aplicação abundante de agroquímicos e emprego de maquinários, foi muito compatível ao referencial global de eficiência produtiva durante a Guerra Fria (Muller, 2018). Assim, a industrialização do campo brasileiro foi vista como um modelo ideal para as políticas públicas voltadas ao setor agroalimentar.

“A agroecologia, os orgânicos, estes são vida. O agrotóxico é a morte!”

Nascida em 1967, alguns minutos após sua irmã gêmea, Marielle vinha de uma família humilde e rural, mas com os meios para sustentar um certo nível de bem-estar e estabilidade emocional, não sendo relatado na primeira infância da interlocutora nenhuma forma de insegurança alimentar, carência material ou violência doméstica. Seu núcleo familiar era composto por oito crianças, o pai, a mãe e a avó (por parte de pai). A casa “era de sítio mesmo, com água de poço e chão batido. Tinha um quarto grande para as crianças, onde dormia todo mundo junto, e outro quarto para eles [os pais]. Também tinha a cozinha com fogão a lenha”. Ao descrever a situação de sua primeira morada, esta agricultora frequentemente salienta que seu pai foi agricultor familiar e a família viveu em uma área ambientalmente conservada.

Era um sítio. Pomar aqui e um milharal ali. E a casa, com um terreno bem grande. Tinha uma área florestada grande. Várias árvores, árvores nativas. Meu pai era agricultor familiar mesmo. Ele usava tudo que tinha na natureza para fazer o plantio⁴.

De sua ótica, os pais eram agricultores que seguiam uma proposta tradicional de agricultura, sem o uso de agroquímicos. Convém realçar que relatos sobre o ofício familiar não são provenientes de informações adquiridas por terceiros, mas sim de experiências empíricas e vivenciadas.

Todo conhecimento foi passado para os filhos que trabalhavam com eles. Porque, para o pai e minha mãe ir trabalhar na roça, os filhos tinham que estar do lado. Todos eles. Os filhos teriam que estar perto. Eles não deixavam a gente assim à vontade, não. Eles estavam sempre com os filhos debaixo do olho. Eram os oito que iam para roça, mas os mais novos somente no final de semana. Fim de semana, de manhã, de madrugada, assim, às três, quatro horas da manhã, nós já estávamos indo⁵.

Apesar dos conceitos de agricultor familiar e agricultura orgânica não figurarem na historicidade da primeira infância de nossa interlocutora, no exercício de rememorar, toma a liberdade para construir essas associações como meios de

⁴ Entrevista concedida por Marielle(set,2024) nucleo familiar 1- estado de São Paulo.

⁵ Entrevista concedida por Marielle(set,2024) nucleo familiar 1- estado de São Paulo.

valorizar com linguagem contemporânea o que sua família praticou. Desta maneira, não apenas enfatiza os momentos de união familiar associada ao contato afetivo com o meio natural, mas também ressalta riscos e catástrofes engendradas pelos projetos de industrialização do campo.

Com seus 5 anos de idade, a entrevista testemunhou eventos que conduziram à ruína de sua família, bem como à deterioração de sua saúde (mental e física) com o passar dos anos. Um grande fazendeiro havia comprado terras vizinhas para, com os diversos incentivos fiscais do governo militar, efetuar o plantio em larga escala de soja fundado em pacotes tecnológicos oriundos da chamada Revolução Verde. A pulverização aérea, até hoje permitida em muitos municípios brasileiros, era um dos métodos mais utilizados para aplicação de agrotóxicos em sua propriedade.

Nunca vi meu pai com veneno. Nunca! Nunca! Só que o fazendeiro do lado tinha uma vasta produção de soja e a cada quinze dias ele passava o agrotóxico via aérea. E nós, na inocência, até papai e mamãe também na inocência, a gente olhava o avião passando baixinho e a gente corria, corria atrás do avião gritando 'É avião! Leva eu!'. Principalmente eu e essa minha irmã, que era gêmea comigo. E no final, ele levou... Levou toda a minha família, praticamente. São poucos os que sobraram. O primeiro a falecer foi essa minha irmã [gêmea] de cinco anos. Ela que se infectou primeiro. Faleceu com cinco anos. Foi comprovado o agrotóxico no organismo dela⁶.

O relato evolui para caracterização mais enfática do fazendeiro como um ser pequeno no que diz respeito à dimensão moral, uma vez que, além das aparentes evidências de contaminação, o homem tenta comprar o silêncio da família.

Meu pai não quis entrar na justiça. Somente falou com o fazendeiro quando ele foi com o dinheiro lá em casa. Meu pai falou para ele 'você é um lixo, você é um monstro, você não é humano. Dinheiro nenhum paga a vida da minha família. Fica com o seu dinheiro sujo'. E nós, em volta do meu pai. Eu me lembro deles conversando e das lágrimas do meu pai descendo no rosto. Ele deu o envelope na mão do meu pai, mas meu pai pegou o envelope e jogou no pé dele.

⁶ idem

E falou todas essas palavras, que ele ficasse com o dinheiro sujo dele e que o dinheiro dele só trazia morte⁷.

A morte da irmã e a deterioração da saúde da família levaram seu pai a vender a propriedade rural e a se mudar com os filhos e a esposa para uma casa mais próxima do centro urbano de Artur Nogueira. A família conseguiu ter um curto período de estabilidade com o pai sendo capaz de realizar um curso técnico para trabalhar na cidade na área de eletroeletrônicos e com a mãe comercializando pães. Todavia, outro episódio de drama familiar ocorreu rapidamente.

Eu tinha 11 anos quando minha mãe começou a sofrer com a consequência do agrotóxico. Porque todos os que são infectados com os agrotóxicos são presenteados com a diabete. Todos! E aí minha mãe começou a passar muito mal. No dia 16 de setembro de 1978, eu perdi minha mãe. Infectada pelo agrotóxico. Minha mãe era nova, não deveria ter morrido assim⁸

Seu pai logo teve um destino parecido. Após a morte da esposa, buscou melhores alternativas, tendo se mudado para Campinas junto com os filhos mais novos e ainda dependentes. No entanto, conheceu um processo de adoecimento acelerado físico e psicológico.

Meu pai também foi infectado. Depois que a minha mãe morreu, nós viemos para Campinas. O pai não aguentou o choque, nem os filhos. Meu pai tinha uma casa no Jardim Aurélia. E nós viemos morar em Campinas. Aí ficou ele e os três menores. Os mais velhos ficaram lá, porque já trabalhavam. Ficaram lá para trabalhar. Meu pai também desenvolveu a diabetes. Foi perdendo peso, foi perdendo a consciência também. Ele sentia muita falta da minha mãe. Muita, muita, muita. Até que ele caiu doente de cama. Infelizmente, no dia 9 de fevereiro de 1979, meu pai também foi embora, infectado pelos agrotóxicos⁹.

Com 16 anos de idade, nossa entrevistada descobre por sua vez que desenvolveu câncer em razão de seu contato com os agrotóxicos: seu caso atingia a boca, similar aquele de sua irmã gêmea. Ao longo dos anos, o câncer se espalhou pelo

⁷ Ibidem

⁸ Idem, Ibidem

⁹ Idem, Ibidem

corpo, deteriorando cada vez mais sua saúde. Procurando um modo de vida mais natural e saudável, a interlocutora se voltou para a prática da agricultura orgânica, buscando estabelecer sua morada em lugares com algum espaço para o plantio. Neste quadro, o MST e sua proposta agroecológica surgem como uma oportunidade para tal disposição.

Minha principal motivação para entrar no MST foi a terra, o plantar, mas também a dor que eu tinha de ter perdido todo mundo para os agrotóxicos. E o MST defende e prega até hoje o distanciamento dos agrotóxicos e a alimentação saudável. Então foi por isso. Eu queria me salvar. Eu achava que comendo alimentos saudáveis eu me salvaria da infecção, do agrotóxico. Mas não é bem assim¹⁰.

Deste modo, ela se aproxima do MST com intuito de encontrar um lugar onde seria acolhida e poderia rememorar o passado: “O MST me trouxe a oportunidade de poder resgatar as vidas. O que a gente precisou deixar para trás”. Ao participar cada vez mais das atividades de militância, pôde se apropriar de uma série de conceitos fomentados pelas campanhas de educação política do movimento: agroecologia, agricultura familiar, reforma agrária popular, permacultura, soberania alimentar etc. Dessa forma, pode-se dizer que a internalização precoce de disposições ecologistas, ocorrida durante sua socialização primária (pela família) e exercitada ao longo dos anos, favoreceu sua adesão ao MST — espaço onde essas disposições foram atualizadas, cultivadas e mobilizadas na prática militante por uma reforma agrária ambientalmente diferenciada.

Os cadernos de Formação e a defesa do meio ambiente

Os Cadernos de Formação são livros organizados e editados pela secretaria nacional do MST com propósito de coordenar a luta pela reforma agrária de forma coerente ao projeto do movimento e às estratégias acordadas nos diversos congressos e encontros. As duas primeiras edições (A política fundiária do governo

¹⁰ Idem, Ibidem

e Documentos sobre a questão da terra,) datam de 1984, ano de fundação do MST¹¹⁵. Esse tipo de material está disponível publicamente desde sua quinta edição, MST como se organiza (1985). Efetivamente, esses cadernos apresentam não apenas normas e instruções para a organização dos assentamentos e acampamentos, mas, principalmente, discursos justificativos para legitimação da reforma agrária em etapas sucessivas de sua história.

Esses textos apresentam argumentos fundamentados em determinada concepção de mundo justo que refletem pretensões práticas por parte dos atores sociais. Em outras palavras, as normas e instituições presentes nesses cadernos de formação devem vir acompanhadas de um conjunto de perspectivas de bem comum que representem referenciais comunicáveis de justiça, não apenas para os membros do MST, mas para a maior parte da sociedade Brasileira. Isto é, trata-se de justificações coerentes ao período histórico e às circunstâncias sociais. Com efeito, na teoria das justificações de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, (2020), estas orientações para a ação justa são compreendidas como ordens de justiça.

Nas décadas de 1980 e 1990, propostas como equidade de gênero, participação da juventude do campo, tolerância religiosa, valorização da arte camponesa e a educação popular são pautadas de forma a corresponder a determinadas perspectivas caras à parte da sociedade brasileira daquele tempo. Na tipificação elaborada por Boltanski e Thévenot (1999; 2020) sobre as diferentes concepções de justiça comumente mobilizadas em conflitos argumentativos nas sociedades modernas, significa dizer que o MST defendeu em suas primeiras décadas de atuação a valorização das relações familiares, de confiança e proximidade (ordem doméstica), assim como a organização coletiva, a representação equitativa (ordem cívica) e a liberdade de expressão artística e religiosa (ordem inspirada) em seus territórios. É possível afirmar também que, em especial no referente à produção, o MST buscou estratégias para expressar uma forma de grandeza produtiva (ordem

¹¹ As duas primeiras edições não se encontram no acervo digital do MST e não foram analisadas para o presente estudo.

industrial) e de competitividade de mercado (ordem mercantil). Mas se estes valores continuam sendo mobilizados na atualidade, as principais estratégias de legitimação do movimento evoluíram bastante.

Nos anos 2000, o MST incorporou a defesa do meio ambiente e a promoção de agriculturas alternativas em seu estatuto nacional. Tal processo ocorreu após a falência do modelo de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e do estreitamento de relações com a Via Campesina (Borsatto; Carmo, 2013). Além destes fatores, a crescente representação das agriculturas alternativas no debate sobre as mudanças climáticas globais, vinculando a agricultura familiar à proteção da biodiversidade e à produção de alimentos saudáveis, desempenhou um papel importante no redirecionamento produtivo e organizacional do MST desde então.

Ao longo da década de 2000 e 2010, com o estabelecimento do modelo de assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)¹² pelo INCRA, o MST protagonizou grandes conquistas na construção de assentamentos ambientalmente diferenciados. No contexto paulista, dispositivos como o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), executado entre 2010 e 2018, forneceram as bases necessárias para a criação de cooperativas especializadas na produção e comercialização de produtos agroflorestais. Trata-se de um desdobramento do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), instituído em 1997 como resposta aos compromissos da Agenda 21 firmados durante a Conferência Rio-92. Este estímulo permitiu o avanço de parte das propostas socioambientais em assentamentos da categoria PDS.

A partir de 2019, com a ascensão ao poder do então presidente Jair Messias Bolsonaro, um opositor radical da reforma agrária e das políticas de defesa do meio ambiente, o MST intensifica a produção de materiais de formação sobre as contradições ecológicas e sobre as estratégias produtoras de degradação ambiental e

¹² Trata-se de uma proposta construída em conjunto com as organizações sindicais de comunidades extrativistas de produtos não madeireiros da região amazônica, em especial os seringueiros. O PDS foi instituído nacionalmente pela Portaria nº 477, de 4 de novembro de 1999.

desintegração da coletividade promovidas pelo agronegócio. Os Cadernos de Formação nº 49, intitulado A questão agrária e a questão do meio ambiente no contexto pós-constituente, e nº 50, cujo título é A luta do MST contra a privatização dos territórios conquistados, evidenciam esta linha de ação muito bem.

Em 2020, é lançado o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, propondo a transição agroflorestal nos assentamentos e o plantio de 100 milhões de árvores até 2030. Em 2025, de acordo com dados divulgados pelo MST, a iniciativa foi responsável por 25 milhões de árvores plantadas, implementação de 300 viveiros e recuperação de 15 mil hectares de áreas degradadas.

Esse novo plano nacional consolida o MST como um dos movimentos ambientalistas mais expressivos do país, ao mesmo tempo em que institui a prerrogativa de uma formação mais eficiente de lideranças na defesa do meio ambiente, atentas às investidas de greenwashing por parte dos atores econômicos. É com esse intuito que os Cadernos de Formação O crédito do carbono e as falsas saídas (nº 62) e A necessária proteção aos bens da natureza (nº 63), assim como os Cadernos de agroecologia volumes 1 e 2, foram desenvolvidos. A crítica do MST às iniciativas de compensação ambiental, tal como o mercado de carbono, seja por fluxo (redução de emissões) ou estoque (áreas preservadas), reflete uma concepção ecológica de justiça que se choca com as argumentações mercantilistas no enfrentamento da crise climática. Além desta forma de denúncia, os cadernos fornecem uma série de argumentos e exemplos que retratam os crimes socioambientais promovidos pela indústria degradadora e a agricultura industrial: o rompimento das barragens nos municípios mineiros de Brumadinho e Mariana; o avanço da fronteira agrícola sobre a floresta amazônica; e a contaminação do solo e dos recursos hídricos em razão do uso intensivo de agroquímicos. Ademais, esses documentos buscam orientar as lideranças nos diversos territórios quanto às possibilidades de transição agroecológica ou agroflorestal, bem como do papel da

agricultura familiar e da reforma agrária na defesa dos bens naturais e da sociedade.

Considerações Finais

A intenção aqui, de forma breve, foi apresentar uma proposta de investigação capaz de abordar a complexidade da construção social de sujeitos ecologistas. Nesse esforço, a análise procurou equilibrar questões particulares, com exame de processos socializadores, e fatores contextuais. Trata-se de levar a sério materiais provenientes da história oral e empreender um olhar analítico sobre os relatos de vida, investigando a procedência de disposições em lideranças de movimentos sociais notadamente ambientalistas. De forma concomitante, problematizar o contexto histórico e as circunstâncias sociais em que o indivíduo está inserido, inferindo sobre as possibilidades de ativação dessas disposições ao longo de sua trajetória, torna muito fecundo o olhar sobre a formação desses sujeitos, por meio de uma sociologia disposicional e contextualista (Lahire, 2013).

Referências

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Nordan Comunidad, 1999.

BOLTANSKI, L. THÉVENOT, L. **A justificação**: sobre as economias da grandeza. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BOLTANSKI, L., & THÉVENOT, L. The Sociology of Critical Capacity. **European Journal of Social Theory**, 2(3), 359-377, 1999.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **RESR**, Piracicaba/SP, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. 1. ed. São Paulo, SP: Gaia, 2010.

DA COSTA, M. B. B. et al. Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015.

Agroecologia, v. 10, n. 2, p. 63-75, 2015.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LAHIRE, Bernard. **Dans les plus singuliers du social**: individus, institutions, socialisations. Paris: La Découverte, 2013.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Coautoria de Josette Debroux. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

LEOPOLD, A. **A sand county almanac**: with essays on conservation from Round River. New York: Ballantine Books, 1986.

LIGNANI, L. de B.; BRANDÃO, J. L. G. A ditadura dos agrotóxicos: o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas e as mudanças na produção e no consumo de pesticidas no Brasil, 1975-1985. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 29, n. 2, p. 337-359, 2022. Epub 17 jun. 2022.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, v. 12, p. 31-64, 2006.

LUTZENBERGER, J. **Manual de ecologia**: do jardim ao poder. v. 1. Porto Alegre: L&PM, 2012.

LUTZENBERGER, J. **Manual de ecologia**: do jardim ao poder. v. 2. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MARCHETTI, F. F.; MORUZZI MARQUES, P. E. **Multifuncionalidade da agricultura familiar**: a multifuncionalidade de sistemas agroalimentares. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2024.

MARTINS, R. C.; CUNHA, L. H. Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia. **BIB- Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 92, p. 1-29, 2020.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, R. J. Críticas Ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2, 2000.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade humana**: uma introdução à antropologia ecológica. 2. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2010.

MORUZZI MARQUES, P. E.; ALVES, J. C. Q. A utopia camponesa de Chayanov e perspectivas contemporâneas de uma sociedade mais justa e ecológica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, p. e289198, 2025.

MULLER, P. **As políticas públicas**. Niterói/RJ: Editora Eduff, 2018.

PRIMAVESI, A. **Manual do solo vivo**: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

WORSTER, D. Transformations of the earth: toward an agroecological perspective in history. **The Journal of American History**, v. 76, n. 4, p. 1087- 1106, 1990.

A presente pesquisa foi realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/08320-6; Processo nº 2023/10133-0. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Contribuição dos autores:

Autor 1: Elaboração, discussão dos resultados, pesquisa bibliográfica, revisão do texto

Autor 2: Supervisão, discussão dos resultados, revisão do texto.

Disponibilidade dos dados:

Os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo
